

# DF-Invasão Cinco vítimas da grilagem

*Governo derruba barracos construídos sob a orientação de grileiros no TaguaPark.*

*Promotor critica omissão da fiscalização*

Rovênia Amorim  
Da equipe do **Correio**

**A** invasão na área de quase 1,3 milhão de metros quadrados, reservada para a construção do TaguaPark, só aumenta. Protegidos por liminares, quem comprou ilegalmente lote em um dos espaços mais nobres de Taguatinga apressa a construção da casa. Pedreiros trabalham até nos finais de semana. Os fiscais do governo observam e fotografam. Mas não derrubam.

“Aquilo ali chega a ser irritante. A minha vontade é de arrancar tudo, mas não podemos entrar na área”, justifica o administrador de Taguatinga, Valdemar Aguiar. Vendo o governo impedido legalmente de agir, os grileiros que parcelaram a terra rural da Fundação Zoobotânica estão de olho na área cheia de mato e ainda não invadida.

As cercas de arame farpado da Terracap foram violadas e trilhas abertas no meio do cerrado. Famílias que moravam em chácaras da Vila São José foram incentivadas por grileiros a construir barracos de alvenaria. “São espertos. Colocam as pessoas aí e vão atrás das liminares na Justiça. Se der certo, depois pegam um lote para eles”, comenta o ajudante de pedreiro Antônio Her-

menegildo, 44 anos.

Até sábado, ele construiu “uma casinha” no meio do mato. Trabalhou dois dias, assentando tijolos. Mas foi serviço perdido. Na sexta-feira, os fiscais da Administração Regional derrubaram os cinco barracos construídos recentemente. “O dono veio ver o barraco no chão e me deu R\$ 30 pelo trabalho. Mas nem sei o nome dele. Não fala, com medo”, conta Hermenegildo.

A baiana Vilany Alves, de 18 anos, de resguardo da única filha, também teve o barraco derrubado. Ela conta que morava na chácara 73 da Vila São José. O aluguel do barracinho de tábuas era de R\$ 80 por mês. A situação, segundo ela, que já era apertada ficou pior quando o marido Tairony, 22 anos, perdeu o emprego de pintor de carro. Foi quando os dois decidiram morar no meio do mato, no TaguaPark.

“Isso aqui já é certo. Fizeram o mapa da área e nosso nome consta da relação. Tem um advogado que está nos ajudando. Ele vai tentar arrumar a liminar”, acredita a mãe da pequena Heloynne, que hoje faz 29 dias de vida. O sogro de Vilany, o cearense Luiz Macena da Silva, 42 anos, é outro que insiste em ficar na área, com a mulher e os dois filhos.

A família mora agora debaixo de

uma barraca de plástico preto, sustentada por estacas de madeira. A mulher, Cleuza, 45, varre a toda hora o chão de terra batida, mas as formigas teimam e voltam a incomodar. “A gente mora no Brasil. A coisa não pode ser assim, não. Há seis anos que lutamos por moradia”, reclama.

Luiz, que faz bicos de jardinagem e de pintor de paredes, para sobreviver, afirma ter gastado todas as economias para comprar 20 hectares da área, em 1993. Mas não tem nenhum documento que prove o negócio, ainda que ilícito. “O vendedor pegou o papel para carimbar no cartório e até hoje não me entregou. Ele mudou de endereço”, conta, para explicar que não é invasor.

O promotor de Defesa da Ordem Urbanística, Wilton Queiroz de Lima, diz que os invasores obtêm liminares porque induzem os juízes a erro. “Aqueles terras são indiscutivelmente públicas”, assegura. Ele critica a atuação dos fiscais da Administração Regional de Taguatinga, que não estão conseguindo frear o avanço das construções.

Muitas liminares obtidas pelos invasores, explica o promotor, não lhes dão direito de concluir as casas. Apenas mantêm o que já foi construído. “Sei que estão fotografando

a continuidade das obras. Mas deviam fazer embargo parcial e derrubar a parte que constitui avanço. Nisso o poder público está sendo omissivo.”

O administrador de Taguatinga explica que os fiscais vêm fazendo o que é possível. “Estamos embargando obras e fotografando a continuidade das construções, para anexar nos processos de cassação das liminares. Mas não dá para chegar lá e derrubar a parte construída. Senão eles entram com recurso na Justiça, dizem que já estava feito e que a administração desobedeceu a ordem.”

Mas o governo prepara uma ofensiva contra os invasores do TaguaPark. A Procuradoria Geral do Distrito Federal vai entrar com ação para tentar derrubar todas as liminares de uma vez só. E o principal argumento não será a posse da terra. E, sim, as próprias construções.

“Os invasores entram com ação possessória da terra e pedem liminar. Isso, teoricamente, significa que podem ficar lá em pé, sozinhos. Mas não podem colocar um prego”, explica o procurador Edson Chaves. Ou seja, não tiveram autorização do governo para construir suas casas. “As obras são ilegais. Não têm alvará.”

